

Oystr Sistemas de Informática S/A

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

Informações da Companhia

Razão Social: Oystre Sistemas de Informática S/A

CNPJ: 20.704.889/0001-03

NIRE: 41300331847

Rua Benjamin Constant, 142, Centro, Curitiba-PR, CEP 80.060-020



Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
1 Contexto operacional	14
2 Base de preparação e mensuração	14
3 Políticas contábeis materiais	15
4 Caixa e equivalentes de caixa	22
5 Contas a receber de clientes	22
6 Adiantamentos	23
7 Impostos a Recuperar/Compensar	23
8 Despesas pagas antecipadamente	24
9 Imobilizado	24
10 Fornecedores	24
11 Obrigações trabalhistas	24
12 Obrigações tributárias	25
13 Partes relacionadas	25
14 Patrimônio líquido	26
15 Receita líquida de vendas	27
16 Custos dos serviços prestados	28
17 Despesas com vendas	28
18 Despesas gerais e administrativas	28
19 Outras receitas operacionais	28
20 Resultado financeiro líquido	29
21 Imposto de renda e contribuição social	29
22 Eventos subsequentes	30



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da

Oystr Sistemas de Informática S/A

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oystr Sistemas de Informática S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oystr Sistemas de Informática S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do período anterior não auditadas

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 17 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/F-8

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
			(não auditado)
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações	4	718	745
Contas a receber de clientes	5	329	112
Adiantamentos	6	1.584	492
Impostos a recuperar	7	122	149
Despesas pagas antecipadamente	8	115	37
Outros créditos		9	-
Total do ativo circulante		2.877	1.535
Imobilizado	9	93	89
Total do ativo não circulante		93	89
Total do Ativo		2.970	1.624

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2025	2024 (não auditado)
Fornecedores	10	272	80
Obrigações e provisões trabalhistas	11	1.103	801
Obrigações tributárias	12.1	303	121
Imposto de renda e contribuição social	12.2	366	367
Outras obrigações		76	195
Total do passivo circulante		2.120	1.564
Obrigações tributárias	12	30	0
Total do passivo não circulante		30	0
Patrimônio líquido	14		
Capital social		60	60
Reservas de lucros		760	-
Total do patrimônio líquido		820	60
Total do passivo e patrimônio líquido		2.970	1.624

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024 (não auditado)
Receita líquida de vendas	15	13.627	12.046
Custo dos serviços prestados	16	(4.430)	(2.256)
Lucro bruto		9.197	9.390
Despesas com vendas	17	(283)	(197)
Despesas gerais e administrativas	18	(6.314)	(4.425)
Provisão de perdas no recebimento de créditos	5	(234)	(74)
Outras receitas operacionais	19	189	148
Outras despesas operacionais		(68)	(22)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		2.487	4.820
Receitas financeiras	20	83	68
Despesas financeiras	20	(22)	(14)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.548	4.874
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.539)	(1.393)
Lucro líquido do exercício		1.009	3.481

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	1.009	3.481
Resultado abrangente do exercício	1.009	3.481

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Total
			Legal	de Lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		60	-	276	336
Lucro líquido do exercício		-	-	3.481	3.481
Dividendos distribuídos	14.4	-	-	(3.757)	(3.757)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)		60	-	-	60
Lucro líquido do exercício		-	-	1.009	1.009
Constituição de reserva legal	14.3	-	12	(12)	-
Dividendos distribuídos	14.4	-	-	(249)	(249)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		60	12	748	820

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024 (não auditado)
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Lucro líquido do exercício	1.009	3.481
Ajustes para:		
Depreciação	29	20
Provisão de perda no recebimento de crédito	160	74
Imposto de renda e contribuição social	1.539	1.393
	2.737	4.968
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(377)	(39)
Impostos a recuperar	27	76
Adiantamentos	(1.091)	(351)
Outros créditos	(87)	23
	(1.528)	(291)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	192	(11)
Obrigações e provisões trabalhistas	302	127
Obrigações tributárias	(174)	12
Outras obrigações	(120)	184
	200	312
Recursos provenientes das atividades operacionais	1.409	4.989
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.154)	(987)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	255	4.002
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(33)	(42)
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos	(33)	(42)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(249)	(3.757)
Recursos líquidos usados nas atividades de financiamento	(249)	(3.757)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(27)	203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	745	948
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	718	745
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(27)	203

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituída em 19 de maio de 2014, transformada em “Sociedade Anônima” no dia 25/03/2025, domiciliada no Brasil, a Empresa Oystr Sistemas de Informática S/A possui capital fechado. A Companhia tem sua sede social localizada no município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Benjamin Constant, 142, Conj 14, Bairro Centro, CEP 80.060-020.

A Companhia tem por objeto social (i) desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores customizáveis; (ii) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (iii) consultoria em tecnologia da informação; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis.

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de julho de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos ([nota 3.1](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.5 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido é apurado com base no lucro presumido.

- **Lucro Presumido:** As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Cálculo realizado com base na alíquota de presunção de 32% sobre as receitas operacionais, e alíquotas de 15% e 9% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISS	Imposto sobre Serviços	2,00 e 5,00%

3.6 Demonstrações dos fluxos de caixa

Preparada pelo método direto, em conformidade com o CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, correlacionado à IAS 7 do IASB, e com a NBC TG 03 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade.

3.7 Demonstrações do Resultado Abrangente

A Companhia não incorreu em outras mutações no seu patrimônio líquido que devam ser classificadas como outros resultados abrangentes. Consequentemente, o seu resultado abrangente total é igual ao lucro líquido do exercício apresentado na Demonstração do Resultado.

3.8 Receita de vendas

A receita de vendas é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita recorrente da Companhia compreende serviços continuados relacionados à disponibilização, manutenção, suporte e atualização de softwares licenciados aos clientes.

As receitas recorrentes são reconhecidas ao longo do tempo, à medida que os serviços

são prestados e disponibilizados ao cliente, conforme vigência contratual e atendimento das obrigações de desempenho previstas nos contratos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita não recorrente compreende: (i) licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis; (ii) desenvolvimento de softwares sob encomenda; e (iii) serviços de consultoria em tecnologia da informação, implantação, customização e treinamento. (i) As receitas de licenciamento são reconhecidas quando o controle da licença é transferido ao cliente, mediante disponibilização do software, quando os critérios de reconhecimento de receita são atendidos. (ii) As receitas relacionadas ao desenvolvimento de software sob encomenda, implantação, customização e consultoria são reconhecidas ao longo do tempo, conforme a execução dos serviços e atendimento das obrigações de desempenho previstas contratualmente. (iii) As receitas de treinamento são reconhecidas quando os serviços são efetivamente prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026.

A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

3.10 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.10.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2025	2024 (não auditado)
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	718	745
Contas a receber de clientes	329	112
Adiantamentos	1.583	492
	2.630	1.349

3.10.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para

atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Passivos financeiros

Menos de um ano

Em 31 de dezembro de 2025

Fornecedores	272
--------------	-----

Em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)

Fornecedores	80
--------------	----

3.10.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.10.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.10.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.10.6 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024 (não auditado)
Aplicações Financeiras até 90 dias (i)	718	745
	718	745

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Fundos DI e Renda Fixa, com rendimentos que variam 96,50% do CDI. As aplicações financeiras com vencimento imediato são conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores e são mantidas para atividades operacionais da Companhia e, por essa razão, são consideradas equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	2025	2024 (não auditado)
Receitas faturadas	589	186
Receitas a faturar	48	-
(-) Perda esperada com créditos	(308)	(74)
	329	112

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas.

5.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	2025	2024 (não auditado)
Aging list		
A vencer	75	43
Vencidos:	254	69
De 1 a 30 dias	119	27
De 31 a 60 dias	88	29
De 61 a 90 dias	47	13
De 91 a 180 dias	230	16
De 181 a 360 dias	26	-
Acima de 360 dias	52	58
(Perda esperada com créditos)	(308)	(74)
	329	112

6 Adiantamentos

	2025	2024 (não auditado)
Adiantamentos a fornecedores (i)	236	210
Adiantamento de férias (ii)	33	25
Adiantamento de lucros (iii)	1.314	257
	1.583	492

- (i) Os Adiantamentos a fornecedores representam valores pagos e que não foram identificados ou enviados os documentos fiscais pertinentes ao pagamento.
- (ii) Adiantamento de férias está em uma normalidade considerando que normalmente o período de maior quantidade de férias a pagar é no final do ano calendário.
- (iii) Adiantamento de lucros refere-se a valores antecipados aos sócios durante o exercício, os quais aguardam deliberação societária para sua classificação definitiva.

7 Impostos a Recuperar/Compensar

	2025	2024 (não auditado)
INSS a Compensar	122	-
IRPJ a Compensar	-	125
CSLL a Compensar	-	24
	122	149

8 Despesas pagas antecipadamente

	2025	2024 (não auditado)
Benefícios a funcionários	115	30
Seguros	-	7
	115	37

9 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	4	63	67
Adições	-	42	42
Depreciação	(1)	(19)	(20)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024 (não auditado)	3	86	89
Adições	-	33	33
Depreciação	(1)	(28)	(29)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2025	3	91	93

10 Fornecedores

	2025	2024 (não auditado)
Serviços de terceiros	113	54
Benefícios a empregados	46	10
Servidores e data center	21	-
Marketing e infraestrutura de TI	59	-
Outros	33	16
	272	80

11 Obrigações trabalhistas

	2025	2024 (não auditado)
Salários a pagar	355	209

Provisões de férias	546	464
INSS a recolher	158	95
FGTS a recolher	41	30
Outros	3	3
	1.103	801

12 Obrigações tributárias

12.1 Obrigações tributárias

	2025	2024 (não auditado)
PIS a recolher	7	7
COFINS a recolher	33	33
IRRF a recolher - (PF)	143	59
ISS a recolher	58	22
Parcelamentos federais	30	-
Outros	62	-
	333	121
Circulante	303	121
Não circulante	30	-

12.2 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024 (não auditado)
IRPJ a recolher	267	267
CSLL a recolher	99	100
	366	367

13 Partes relacionadas

13.1 Remuneração da administração

Em 2025, foi pago a título de remuneração aos diretores da Companhia o montante de R\$ 920 (R\$ 61 em 2024). O aumento observado no período decorre, principalmente, da alteração na forma de remuneração da administração, considerando que, em exercícios anteriores, os diretores, na condição de acionistas, recebiam parte relevante da remuneração por meio de distribuições de lucros. Em 2025, os diretores passaram a atuar como administradores estatutários, resultando em aumento da remuneração registrada como pró-labore.

13.2 Dividendos a pagar

Em 2024 houve distribuição de dividendos referente aos lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 276. Referente aos lucros do exercício de 2024 foi distribuído o montante de R\$ 3.481, totalizando R\$ 3.757.

Referente aos lucros do exercício de 2025 foi apurado o dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 249, o qual já foi quitado no exercício de 2025.

	2025
Lucro líquido	1.009
Reserva Legal (5%)	(12)
Lucro líquido ajustado após reservas	997
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	249

Transações com partes relacionadas

	Despesas	Resultado
Softplan S/A	(142)	(142)

	2025
Fornecedores a pagar – <i>Intercompany</i> (i)	(64)
	(64)

(i) Saldo em outras obrigações no passivo circulante.

14 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos acionistas, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia era composto por 60.000 (sessenta mil) ações nominativas.

Durante o período de 2025 foi exercido, pela Softplan S/A, o direito das opções de compra, sendo adquirido 100% da Companhia Oystr Sistemas de Informática S/A, passando a Softplan a deter 100% das ações da Oystr Sistemas de Informática S/A.

14.2 Reserva de lucros

O valor dos lucros não distribuídos aos acionistas é destinado para a conta de reserva de lucros.

2025	2024
------	------

Reserva de lucros

Saldo Final

		(não auditado)
	748	-
	748	-

14.3 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 12. A movimentação da Reserva Legal ocorreu em 2025.

14.4 Distribuição de lucros

O dividendo obrigatório anual é de 25% sobre o lucro líquido apurado após a constituição de reservas. Os acionistas fizeram jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia.

O dividendo mínimo obrigatório de 2024 foi R\$ 870, no entanto conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi optado por distribuir o valor de R\$ 3.481, totalmente pagos no exercício de 2024.

O dividendo mínimo obrigatório de 2025 foi R\$ 249, sendo pagos no ano de 2025.

	2025	2024 (não auditado)
Lucro líquido	1.009	3.481
Reserva legal (5%)	(12)	-
Lucro líquido ajustado após reservas	997	3.481
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	249	870

15 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	2025	2024 (não auditado)
Receita com serviços prestados	14.566	12.774
Deduções da receita	(939)	(728)
Receita líquida de vendas	13.627	12.046

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	2025	2024 (não auditado)
COFINS	418	385
ISS	431	260
PIS	90	83
	939	728

16 Custos dos serviços prestados

	2025	2024 (não auditado)
Custo com pessoal	(1.852)	(1.274)
Servidores e data center	(1.387)	(972)
Eventos, palestras e confraternização	(312)	(191)
Outros benefícios	(280)	(35)
Serviços de terceiros	(184)	(49)
Outros custos	(415)	(135)
	(4.430)	(2.656)

17 Despesas com vendas

	2025	2024 (não auditado)
Serviços de terceiros	(176)	(181)
Outros	(107)	(16)
	(283)	(197)

18 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024 (não auditado)
Despesas com pessoal	(5.617)	(3.643)
Despesas tributárias	(26)	(19)
Publicidade e propaganda	(105)	(152)
Outras despesas administrativas	(566)	(611)
	(6.314)	(4.425)

19 Outras receitas operacionais

2025	2024
------	------

Recuperação de créditos

		(não auditado)
	189	148
	189	148

20 Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras

Rendimentos de aplicação financeira

Juros recebidos

2025	2024 (não auditado)
73	59
10	9
83	68

Despesas financeiras

Juros/multas

Taxas diversas

Descontos concedidos

(2)	(1)
(0)	-
(20)	(13)
(22)	(14)
61	54

Resultado financeiro líquido

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no regime do Lucro Presumido, nos termos dos arts. 516 a 528 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018) e da Lei nº 9.718/1998. Nesse regime, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é determinada pela aplicação de percentuais de presunção legalmente estabelecidos sobre os valores efetivamente recebidos no período, adotando-se o regime de caixa para reconhecimento das receitas, conforme faculdade prevista no art. 20 da Lei nº 9.718/1998 c/c o art. 587 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018).

As alíquotas e percentuais de presunção aplicáveis são:

Tributo	Base de Presunção	Alíquota	Adicional
IRPJ	32% sobre os valores recebidos (serviços)	15%	10% sobre a base que exceder R\$ 60.000,00 por trimestre
CSLL	32% sobre os valores recebidos (serviços)	9%	-

2025	2024
------	------

(não auditado)

Recebimentos aplicando Presunção 32%	4.455	4.111
Outras receitas	44	16
Descontos Obtidos	6	-
Juros Recebidos	-	9
Rendimentos Aplicações	91	32
 IRPJ alíquota 15%	 689	 625
Adicional 10%	436	393
IRPJ a recolher	1.125	1.018
 CSLL alíquota 9%	 414	 375
CSLL a recolher	414	375

22 Eventos subsequentes

Mudança de Regime Tributário — Adoção do Lucro Real

No exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026, a Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real, em substituição ao regime do Lucro Presumido adotado nos exercícios anteriores. A opção foi formalizada mediante o pagamento da primeira quota do IRPJ apurado no regime do Lucro Real, conforme previsto no art. 516, § 1º do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018), tornando-se irretratável para todo o ano-calendário de 2026. Com a adoção do Lucro Real, o IRPJ e a CSLL passarão a ser apurados com base no lucro líquido do período, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação tributária vigente, nos termos dos arts. 258 e seguintes do RIR/2018 e da Lei nº 7.689/1988. No que se refere ao PIS e à COFINS, a Companhia permanecerá sujeita ao regime cumulativo de apuração, por força do disposto no art. 10, inciso XXV, e art. 15, inciso V, da Lei nº 10.833/2003, não sendo alcançada pelo regime não cumulativo independentemente da opção pelo Lucro Real. A Administração avalia que essa mudança de regime tributário é consistente com o crescimento das operações da Companhia e poderá proporcionar maior eficiência na gestão da carga tributária a partir do exercício de 2026. Este evento é classificado como evento subsequente não ajustável, uma vez que não evidencia condição existente na data do balanço, mas representa nova condição surgida após o encerramento do exercício, sendo divulgado em nota explicativa nos termos do CPC 24, item 21.